

Quadro Comparativo Medida Provisória nº 812/2017

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional - SLCN

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO	PLV № 10/2018 (aprovado na Comissão em 25/04/2018)	PLV № 10/2018 (aprovado na CD em 23/05/2018)
		Altera a <u>Lei nº 7.827, de 27 de</u>	
		setembro de 1989, que regulamenta o	
		art. 159, inciso I, alínea "c", da	
		Constituição Federal, e institui o Fundo	
		Constitucional de Financiamento do	
	-	Norte - FNO, o Fundo Constitucional de	
		Financiamento do Nordeste - FNE e o	_
			a Lei Complementar nº 129, de 8 de
		Financiamento do Centro-Oeste - FCO,	
		e a <u>Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de</u>	
		<u>2001</u> , que dispõe sobre as operações	
	com recursos dos Fundos		operações de crédito não rural com
		Constitucionais de Financiamento do	
	Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste.	Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste.	
			remuneração dos respectivos bancos
			administradores; e revoga dispositivos
			da Lei nº 9.126, de 10 de novembro de
			1995, e da Medida Provisória nº 2.199-
			14, de 24 de agosto de 2001.
	O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso	O Congresso Nacional decreta:	O CONGRESSO NACIONAL decreta:
	da atribuição que lhe confere o art. 62		
	da Constituição, adota a seguinte		
	Medida Provisória, com força de lei:		

Texto alterado Texto revogado abc Texto excluído A Indicador de exclusão de termo ou dispositivo

Art. 1º Esta Lei modifica a metodologia Art. 1º Esta Lei modifica a metodologia de cálculo dos encargos financeiros de cálculo dos encargos financeiros incidentes sobre as operações de incidentes sobre as operações de crédito não rural com recursos do crédito não rural com recursos do Fundo Constitucional de Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, do Financiamento do Norte (FNO), do Fundo Constitucional de Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE e do Financiamento do Nordeste (FNE) e do Fundo Constitucional de Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO Financiamento do Centro-Oeste (FCO) e altera a sistemática de remuneração e altera a sistemática de remuneração respectivos dos bancos dos respectivos bancos administradores. administradores. Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de Art. 1º A Lei nº 10.177, de 12 de janeiro | Art. 2º A Lei nº 10.177, de 12 de janeiro | Art. 2º A Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, passa a vigorar com as de 2001, passa a vigorar com as de 2001, passa a vigorar com as 2001 seguintes alterações: seguintes alterações: seguintes alterações: Art. 1º Para os financiamentos com "Art. 1º Os encargos financeiros e o "Art. 1º Os encargos financeiros e o "Art. 1º Os encargos financeiros e o bônus de adimplência incidentes sobre bônus de adimplência incidentes sobre | bônus de adimplência incidentes sobre recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste os financiamentos de operações de os financiamentos de operações de os financiamentos de operações de crédito rural com recursos do Fundo crédito rural com recursos do Fundo crédito rural com recursos do Fundo Centro-Oeste, OS encargos financeiros e o bônus de adimplência Constitucional de Financiamento do Constitucional de Financiamento do Constitucional de Financiamento do passam a ser definidos pelo Conselho Norte - FNO, do Fundo Constitucional Norte – FNO, do Fundo Constitucional Norte (FNO), do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e de Financiamento do Nordeste (FNE) e Monetário Nacional, por meio de de Financiamento do Nordeste - FNE e proposta do Ministério da Integração Fundo Constitucional de do Fundo Constitucional de do Fundo Constitucional Nacional, observadas as orientações Financiamento do Centro-Oeste - FCO Financiamento do Centro-Oeste - FCO Financiamento do Centro-Oeste (FCO) Conselho da Política definidos serão definidos Nacional de serão pelo pelo Conselho serão definidos Desenvolvimento Regional e de acordo Monetário Nacional, por meio de Monetário Nacional, por meio de Monetário Nacional, por meio de com os respectivos planos regionais de proposta do Ministério da Integração proposta do Ministério da Integração proposta do Ministério da Integração Nacional, observadas as orientações Nacional, observadas as orientações Nacional, observadas as orientações desenvolvimento. Política Política Política Nacional da Nacional de da Nacional da de Desenvolvimento Regional e de acordo | Desenvolvimento Regional e de acordo | Desenvolvimento Regional e de acordo | com os respectivos planos regionais de com os respectivos planos regionais de com os respectivos planos regionais de desenvolvimento. desenvolvimento. desenvolvimento.

	" (NR)	" (NR)	
§ 5º Em caso de desvio na aplicação	(Wit)	(1111)	§ 5º (Revogado).
dos recursos, o mutuário perderá, sem			3 5- (Nevogado).
prejuízo das medidas judiciais cabíveis,			
inclusive de natureza executória, todo			
e qualquer benefício, especialmente os			
relativos ao bônus de adimplência.			
•			\$ 70 (Payagada)
			§ 7º (Revogado).
administrador, limitado a até 3% (três			"(NR)
por cento) ao ano, está contido nos			
encargos financeiros cobrados pelos Fundos Constitucionais e será reduzido			
em percentual idêntico ao percentual			
garantido por fundos de aval.	"Art 10 A Oc opening financing	"Art. 1º-A. Os encargos financeiros	"Art 10 A Os angargas financaires
		incidentes sobre os financiamentos de	J
		operações de crédito não rural com	• •
		recursos do FNO, do FNE e do FCO	
	serão apurados mensalmente, pro rata		serão apurados mensalmente, pro rata
	die , considerados os seguintes	die, considerados os seguintes	·
	componentes:	componentes: I – o Fator de Atualização Monetária –	componentes:
	3		-
		FAM, derivado da variação do Índice	• •
	-	Nacional de Preços ao Consumidor	
	Amplo - IPCA, apurado pelo Instituto	Amplo – IPCA, apurado pelo Instituto	
	Brasileiro de Geografia e Estatística -	Brasileiro de Geografia e Estatística –	
	IBGE ou por outro índice que vier a		Estatística <mark>(</mark> IBGE <mark>)</mark> , ou de outro índice
	substituí-lo;	substituí-lo;	que vier a substituí-lo;
	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	II – a parcela prefixada da Taxa de	'
		Longo Prazo – TLP, apurada e divulgada	
	The state of the s		
	setembro de 2017;		único do art. 4º da <u>Lei nº 13.483, de 21</u>
	alternal Tauta annual Tauta	setembro de 2017;	de setembro de 2017;
Texto alterado Texto revogado abc Texto excluído ^ Indicador de exclusão de termo ou dispositivo			

	<mark>entre o</mark> <mark>III – o <mark>Coeficiente de Desequilíbrio</mark> III – o Coeficiente de Desequilíb</mark>
	<mark>legional –</mark> CDR, definido pela razão Regional <mark>(</mark> CDR <mark>)</mark> , definido pela raz
região de abrangência do res <mark>r</mark>	<mark>pectivo</mark> entre o rendimento domiciliar per entre o rendimento domiciliar r
<mark>fundo e o rendimento domicili</mark>	i <mark>ar per capita da região de abrangência do capita da região de abrangência</mark>
capita do País, limitado ao máxi	<mark>imo de</mark> respectivo <mark>F</mark> undo e o rendimento respectivo Fundo e o rendimer
<mark>um inteiro;</mark>	domiciliar <mark>per capita</mark> do País, limitado domiciliar per capita do País, limita
	ao máximo de um inteiro; ao máximo de <mark>1 (</mark> um inteiro <mark>)</mark> ;
IV - o Fator de Programa - FP, cal	<mark>Iculado</mark> IV — o Fator de Programa — FP, IV — o Fator de Programa <mark>(</mark> F
de acordo com o tipo de operaçã	<mark>ão ou a</mark> calculado de acordo com o tipo de calculado de acordo com o tipo
finalidade do projeto, assim defi	<mark>inido:</mark> operação ou a finalidade do projeto, operação ou a finalidade do proje
	assim definido: assim definido:
	a) fator sete décimos, para operação a) fator <mark>0,7 (</mark> sete décimos <mark>)</mark> , pa
	de investimento para pessoas físicas operação de investimento para
	com rendimento bruto anual de até pessoas físicas com rendimento bru
	R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), anual de até R\$ 50.000,00 (cinquer
	conforme Declaração do Imposto mil reais), conforme Declaração
	Sobre a Renda da Pessoa Física – DIRPF, Imposto Sobre a Renda da Pess
	e para empreendedores classificados Física (DIRPF), e para empreendedo
	como microempresa ou empresa de classificados como microempresa
	pequeno porte, de acordo com os empresa de pequeno porte, de acor
	critérios estabelecidos no art. 3º da Lei com os critérios estabelecidos no a
	Complementar nº 123, de 14 de 3º da Lei Complementar nº 123, de
	de dezembro de 2006; de dezembro de 2006;
	<mark>ăo de</mark> <mark>b</mark>) fator um, para operação de b) fator <mark>1 (</mark> um inteiro <mark>)</mark> , para operaç
	<mark>edores</mark> linvestimento para <mark>pessoas físicas com</mark> de investimento para pessoas físio
	<mark>le até</mark> <mark>rendimento bruto anual acima de</mark> com rendimento bruto anual acima
R\$ 90.000.000,00 (noventa milh	
	até R\$ 100.000,00 (cem mil reais), R\$ 100.000,00 (cem mil rea
	conforme Declaração do Imposto conforme ^ DIRPF, e pa
	Sobre a Renda da Pessoa Física – DIRPF, empreendedores não classificad
	<mark>e para</mark> empreendedores <mark>não</mark> como microempresa ou empresa
	classificados como microempresa ou pequeno porte, de acordo com
	empresa de pequeno porte, de acordo critérios estabelecidos no art. 3º da

		T
		Complementar nº 123, de 14 de
		dezembro de 2006, com receita bruta
		anual de até R\$ 90.000.000,00
	bruta anual de até R\$ 90.000.000,00	(noventa milhões de reais);
	(noventa milhões de reais);	
b) fator um inteiro e três décimos, para	c) fator um inteiro e cinco décimos,	c) fator <mark>1,5 (</mark> um inteiro e cinco
operação de investimento para	para operação de investimento para	décimos <mark>)</mark> , para operação de
empreendedores com receita bruta	pessoas físicas com rendimento anual	investimento para pessoas físicas com
anual acima de R\$ 90.000.000,00	de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) a	rendimento bruto anual acima de
(noventa milhões de reais);	R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil	R\$ 100.000,00 (cem mil reais) até
	reais), conforme informado na	R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil
	Declaração do Imposto Sobre a Renda	reais), conforme informado na ^ DIRPF,
	da Pessoa Física – DIRPF, e para	e para empreendedores com receita
	empreendedores com receita bruta	bruta anual acima de R\$90.000.000,00
	anual acima de R\$ 90.000.000,00	(noventa milhões de reais);
	(noventa milhões de reais);	
	d) fator um inteiro e dois décimos, para	d) fator 1,2 (um inteiro e dois décimos),
	operação de capital de giro para	para operação de capital de giro para
	empreendedores classificados como	empreendedores classificados como
	microempresa ou empresa de	microempresa ou empresa de
	pequeno porte, de acordo com os	pequeno porte, de acordo com os
	critérios estabelecidos no art. 3º da Lei	critérios estabelecidos no art. 3º da Lei
	Complementar nº 123, de 14 de	Complementar nº 123, de 14 de
	dezembro de 2006;	dezembro de 2006;
c) fator um inteiro e cinco décimos,	e) fator um inteiro e cinco décimos,	e) fator <mark>1,5 (</mark> um inteiro e cinco
para operação de capital de giro para	para operação de capital de giro para	décimos <mark>)</mark> , para operação de capital de
empreendedores com receita bruta	empreendedores <mark>não classificados</mark>	giro para empreendedores não
anual de até R\$ 90.000.000,00	como microempresa ou empresa de	classificados como microempresa ou
(noventa milhões de reais);	pequeno porte, de acordo com os	empresa de pequeno porte, de acordo
	critérios estabelecidos no art. 3º da Lei	com os critérios estabelecidos no art.
	Complementar nº 123, de 14 de	3º da Lei Complementar nº 123, de 14
	dezembro de 2006, com receita bruta	de dezembro de 2006, com receita
	anual de até R\$ 90.000.000,00	bruta anual de até R\$ 90.000.000,00

	(noventa milhãos do regis).	(noventa milhãos do rocis).
 0.5	(noventa milhões de reais);	(noventa milhões de reais);
	f) fator <mark>dois inteiros</mark> , para operação de	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·
	investimento para pessoas físicas com	
empreendedores com receita bruta		com rendimento bruto anual acima de
The state of the s	R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil	•
(noventa milhões de reais);	· ·	reais), conforme informado na ^ DIRPF,
!	Declaração do Imposto Sobre a Renda	e para operação de capital de giro para
!	da Pessoa Física – DIRPF, e para	empreendedores com receita bruta
	<mark>operação de</mark> capital de giro para	anual acima de R\$ 90.000.000,00
	empreendedores com receita bruta	(noventa milhões de reais);
	anual acima de R\$ 90.000.000,00	
	(noventa milhões de reais);	
e) fator oito décimos, para	g) fator oito décimos, para	g) fator <mark>0,8 (</mark> oito décimos <mark>)</mark> , para
financiamento de projeto de	financiamento de projeto de	financiamento de projeto de
investimento em infraestrutura para	investimento em infraestrutura para	investimento em infraestrutura para
água e esgoto e em logística;	água e esgoto e em logística;	água e esgoto e em logística;
f) fator cinco décimos, para	h) fator cinco décimos, para	h) fator <mark>0,5 (</mark> cinco décimos <mark>)</mark> , para
financiamento de projeto de	financiamento de projeto de	financiamento de projeto de
investimento em inovação de até	investimento em inovação de até	investimento em inovação de até
R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais); e	R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais); e	R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais); e
g) fator nove décimos, para	i) fator nove décimos, para	i) fator <mark>0,9 (</mark> nove décimos <mark>)</mark> , para
financiamento de projeto de	financiamento de projeto de	financiamento de projeto de
investimento em inovação acima de	investimento em inovação acima de	investimento em inovação acima de
R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais); e	R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).	R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais);
	V – o Fator de Localização – FL, assim	V – o Fator de Localização (FL), assim
1	definido:	definido:
	a) fator nove décimos, para	a) fator <mark>0,9 (</mark> nove décimos <mark>)</mark> , para
	financiamento de empreendimentos	financiamento de empreendimentos
	localizados em Municípios	localizados em Municípios
	considerados prioritários pelos	considerados prioritários pelos
	The state of the s	respectivos Conselhos Deliberativos
		das Superintendências de
	•	Desenvolvimento Regional,

(Elaboração: 24/05/2018 18:08)

	respeitadas as áreas prioritárias da	respeitadas as áreas prioritárias da
	· · ·	Política Nacional de Desenvolvimento
	Regional; e	Regional; e
		b) fator 1,1 (um inteiro e um décimo),
	demais casos.	nos demais casos;
V - bônus de adimplência, com fator		,
de:	assim definido:	assim definido:
a) oitenta e cinco centésimos, desde		
		·
que a parcela da dívida seja paga até a		centésimos <mark>)</mark> , nos casos em que a
data do respectivo vencimento; e		parcela da dívida for paga até a data do
LV contrate to a	vencimento; e	respectivo vencimento; e
b) um inteiro, nos demais casos.	b) fator um ^, nos demais casos.	b) fator <mark>1 (</mark> um <mark>inteiro)</mark> , nos demais
6.40.5	6.40.40	casos.
	trata o caput ^corresponderão à Taxa	·
	de Juros dos Fundos Constitucionais –	corresponderão à Taxa de Juros dos
	TFC, calculada conforme a seguinte	
= (FAM) x [1 + (BA x CDR x FP x Juros	fórmula:	calculada <mark>de acordo com a fórmula</mark>
Prefixados da TLP)]^(DU/252) - 1.	TFC = $^{\text{FAM}}^{\text{A}}$ x [1 + (BA x CDR x FP x FL	constante do Anexo desta Lei.
	x Juros Prefixados da TLP)]^(DU/252) – 1.	(ANEXO AO FINAL DO QUADRO)
§ 2º A TFC será proporcional ao	§ 2º A TFC será proporcional ao	§ 2º A TFC será proporcional ao
<mark>número de dias úteis - DU</mark>	número de dias úteis – DU	número de dias úteis <mark>(</mark> DU <mark>)</mark>
transcorridos no mês em que incidirem	transcorridos no mês em que incidirem	transcorridos no mês em que incidirem
os encargos financeiros sobre os	os encargos financeiros sobre os	os encargos financeiros sobre os
financiamentos não rurais com	financiamentos não rurais com	financiamentos não rurais com
recursos do FNO, do FNE e do FCO.	recursos do FNO, do FNE e do FCO.	recursos do FNO, do FNE e do FCO.
§ 3º O volume máximo de recursos do	§ 3º O volume máximo de recursos do	§ 3º O volume máximo de recursos do
FNO, do FNE e do FCO alocados para o	FNO, do FNE e do FCO alocados para o	FNO, do FNE e do FCO alocados para o
conjunto das linhas de crédito de	conjunto das linhas de crédito de	conjunto das linhas de crédito de
inovação, de que trata a alínea "f" do	inovação de que trata a alínea " <mark>h</mark> " do	inovação de que trata a alínea ^h^ do
inciso IV do caput , será de	inciso IV do caput^ será de	inciso IV do caput <mark>deste artigo</mark> será de

Texto alterado Texto revogado abc Texto excluído A Indicador de exclusão de termo ou dispositivo

R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) por ano, alocados entre os reais) por ano, alocados entre os reais) por ano, alocados entre os fundos conforme a proporção utilizada Fundos conforme a proporção utilizada Fundos conforme a proporção utilizada para a distribuição dos recursos a que para a distribuição dos recursos a que para a distribuição dos recursos a que se refere o parágrafo único do art. 6º se refere o parágrafo único do art. 6º se refere o parágrafo único do art. 6º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, adicionado, a cada ano e para 1989, podendo ser adicionado, a cada 1989, podendo ser adicionado, a cada cada fundo, do seu orçamento não ano e para cada <mark>Fundo</mark>, do <mark>montante</mark> ano e para cada Fundo, do montante contratado dos exercícios anteriores. não contratado nas respectivas linhas não contratado nas respectivas linhas de crédito nos exercícios anteriores. de crédito nos exercícios anteriores. § 4º Os FP, nos termos do inciso IV do § 4º Os fatores definidos pelos incisos § 4º Os fatores definidos pelos incisos caput, e o limite a que se refere o § 3º | IV e V do caput^ e o limite a que se | IV e V do caput deste artigo e o limite estarão vigentes até 31 de dezembro refere o § 3º terão vigência até 31 de a que se refere o § 3º deste artigo terão de 2021, a partir de quando passarão a dezembro de 2019, a partir de quando vigência até 31 de dezembro de 2019, ser revisados, a cada quatro anos, pelo passarão a ser revisados^ a cada e a partir dessa data passarão a ser Conselho Monetário Nacional, por quatro Conselho revisados a cada quatro anos pelo anos^ pelo proposição Monetário Nacional, por <mark>proposta</mark> do Conselho Monetário Nacional, por do Ministério Integração Nacional, e as alterações Ministério da Integração Nacional, proposta do Ministério da Integração estarão limitadas a vinte por cento dos limitadas as alterações, para mais ou Nacional, limitadas as alterações, para valores vigentes. para menos, à variação de vinte por mais ou para menos, à variação de 20% cento. (vinte por cento). § 5º Excepcionalmente, se houver risco | § 5º Excepcionalmente, se houver risco | § 5º Excepcionalmente, se houver risco de inviabilidade dos financiamentos de inviabilidade dos financiamentos de inviabilidade dos financiamentos recursos dos fundos com recursos dos **Fundos** com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento por Constitucionais de Financiamento por constitucionais por fatores supervenientes fatores supervenientes de natureza fatores supervenientes de natureza de natureza econômica, financeira, mercadológica econômica, financeira, mercadológica econômica, financeira, mercadológica ou legal, a revisão de que trata o § 4º ou legal, a revisão de que trata o § 4º ou legal, a revisão de que trata o § 4º poderá ser realizada em prazo distinto, poderá ser realizada em prazo distinto, deste artigo poderá ser realizada em conforme estabelecido em ato conforme estabelecido ato prazo distinto, conforme estabelecido em conjunto dos Ministros de Estado da conjunto dos Ministros de Estado da em ato conjunto dos Ministros de Fazenda e da Integração Nacional. Fazenda e da Integração Nacional. Estado da Fazenda e da Integração Nacional.

§ 6º Respeitado o disposto neste artigo, os encargos financeiros de que trata o caput serão apurados de acordo com a metodologia definida pelo Conselho Monetário Nacional e as	gos financeiros de que
trata o caput serão apurados de acordo com a metodologia definida pelo com a metodologia definida pelo com a metodologia definida pelo apurados de	·
com a metodologia definida pelo com a metodologia definida pelo apurados de	
l onseino Monetario Nacional e as i Onseino Monetario Nacional e as i metodologia de	
	en e
taxas resultantes serão divulgadas pelo taxas resultantes serão divulgadas pelo Monetário Nac	
Banco Central do Brasil até o último dia Banco Central do Brasil até o último dia resultantes ser	•
util do mês imediatamente anterior ao util do mês imediatamente anterior ao Banco Central do	
	liatamente anterior ao
da vigência.	
§ 7º O disposto neste artigo não se § 7º ^As operações de financiamento § 7º As operações	
aplica às operações de financiamento estudantil a que se refere o art. 15-D estudantil a que	
estudantil a que se refere o 15-D da Lei nº 10.260, de 12 de julho de da Lei nº 10.260	
	adas com recursos
contratadas com recursos oriundos do oriundos do FNO, do FNE ou do FCO oriundos do FNO	
FNO, do FNE ou do FCO. terão seus encargos financeiros terão seus e	•
definidos pelo Conselho Monetário definidos pelo	
Nacional, por proposta do Comitê	• •
Gestor do Fundo de Financiamento Gestor do Fundo	
Estudantil – CG-Fies e poderão Estudantil (CG	G-Fies <mark>),</mark> e poderão
<mark>contemplar bônus de adimplência e</mark> contemplar bôn	ius de adimplência e
aplicação do CDR. aplicação do CDI	
§ 8º Ato conjunto do Ministros de § 8º Ato conjunto dos Ministros de § 8º Ato conjur	nto dos Ministros de
Estado da Fazenda e da Integração Estado da Fazenda e da Integração Estado da Faze	nda e da Integração
Nacional definirá os critérios para a Nacional definirá os critérios para a Nacional definir	rá os critérios para a
<mark>identificação das operações nas</mark> identificação das operações nas identificação d	das operações nas
classificações estabelecidas no inciso classificações estabelecidas no inciso classificações es	stabelecidas no inciso
IV do caput e no § 9º deste artigo. IV do caput e no	§ 9º deste artigo.
§ 9º Fica a União autorizada a conceder § 9º Fica a União	autorizada a conceder
subvenção econômica, sob a subvenção ec	conômica, sob a
modalidade de equalização de taxas de modalidade de e	qualização de taxas de
juros, a partir de 1º de janeiro de 2019, juros, a partir de	1º de janeiro de 2019,
	Nacional de

Desenvolvimento Econômico e Social –	Desenvolvimento Econômico e Social
	(BNDES), nas operações de
financiamento de infraestrutura	<mark> </mark>
contratadas para programas de	
	financiamento nas regiões Norte,
	Nordeste e Centro-Oeste, respeitadas
as diretrizes e prioridades	•
estabelecidas pelos Conselhos	estabelecidas pelos Conselhos
Deliberativos das Superintendências	Deliberativos das Superintendências
de Desenvolvimento Regional.	de Desenvolvimento Regional.
§ 10. A equalização de juros de que	§ 10. A equalização de juros de que
trata o § 9º deste artigo corresponderá	trata o § 9º deste artigo corresponderá
ao diferencial entre o encargo do	ao diferencial entre o encargo do
mutuário final, a ser calculado nos	mutuário final, a ser calculado nos
	termos do que preveem o caput e os
	§§ 1º a 8º deste artigo, e o custo da
	fonte de recursos, acrescido da
	remuneração do BNDES, dos agentes
	financeiros por ele credenciados <mark>ou da</mark>
Finep.	<mark>Financ</mark> iadora de Estudos e Projetos
	(Finep).
	§ 11. O Conselho Monetário Nacional
	estabelecerá as condições necessárias
	à contratação dos financiamentos de
	que trata o § 9º deste artigo, cabendo
	ao Ministério da Fazenda a
	regulamentação das demais condições
	para a concessão da respectiva
	subvenção econômica, entre elas, a
	definição da metodologia para o pagamento da equalização de taxas de
juros a que se refere o seu § 10.	juros a que se refere o § 10 <mark>deste</mark>
julos a que se leiere o seu 9 10.	
	artigo.

<u></u>		
		§ 12. A definição das garantias a serem
		prestadas nos financiamentos a que se
		refere o § 9º <mark>deste artigo</mark> ficará a
	e os encargos dos fundos garantidores	critério do BNDES, e os encargos dos
	de que trata o art. 7º da Lei nº 12.087,	fundos garantidores de que trata o art.
	de 11 de novembro de 2009, poderão	7º da <u>Lei nº 12.087, de 11 de</u>
		novembro de 2009, poderão ser
	financiamento das operações	incluídos no valor do financiamento
	contratadas.	das operações contratadas.
	§ 13. O Ministério da Fazenda	§ 13. O Ministério da Fazenda
	publicará, até o último dia do mês	publicará^ <mark>na internet</mark> até o último dia
	subsequente a cada bimestre, na	do mês subsequente a cada bimestre,
	internet, quanto ao disposto no § 9º	quanto ao disposto no § 9º deste
	deste artigo, os seguintes	artigo, os seguintes demonstrativos:
	demonstrativos:	
		I - do impacto fiscal das operações,
	juntamente com a metodologia de	juntamente com a metodologia de
	cálculo utilizada, considerando o custo	cálculo utilizada, considerados o custo
	de captação do Governo Federal e o	de captação do <mark>governo federal</mark> e o
	valor devido pela União; e	valor devido pela União; e
	II - dos valores inscritos em restos a	II - dos valores inscritos em restos a
	pagar nas operações de equalização de	pagar nas operações de equalização de
	taxa de juros, no último exercício	taxa de juros, no último exercício
	financeiro e no acumulado total."	financeiro e no acumulado total."
"Art. 1º-B. Na hipótese de desvio na	"Art. 1º-B. Na hipótese de desvio na	"Art. 1º-B Na hipótese de desvio na
aplicação dos recursos de que trata	aplicação dos recursos de que trata	aplicação dos recursos de que trata
esta Lei, o mutuário perderá os	•	esta Lei, o mutuário perderá os
benefícios aos quais fizer jus,	benefícios aos quais fizer jus,	benefícios aos quais fizer jus,
especialmente aqueles relativos ao	especialmente aqueles relativos ao	especialmente aqueles relativos ao
bônus de adimplência, sem prejuízo	bônus de adimplência, sem prejuízo	bônus de adimplência, sem prejuízo
das medidas judiciais cabíveis,	das medidas judiciais cabíveis,	das medidas judiciais cabíveis,
incluídas as de natureza executória."	incluídas as de natureza executória."	incluídas as de natureza executória."
(NR)		

"Art. 1º-C. O del credere do banco	"Art. 1º-C. O del credere do banco	"Art. 1º-C O del credere do banco
administrador, limitado a até três por	administrador, limitado a ^ três por	administrador, limitado a <mark>3% (</mark> três por
cento ao ano, está contido nos	cento ao ano, está contido nos	cento <mark>)</mark> ao ano, está contido nos
encargos financeiros cobrados pelo	encargos financeiros cobrados pelo	encargos financeiros cobrados pelo
FNO, pelo FNE e pelo FCO e será	FNO, pelo FNE e pelo FCO e será	FNO, pelo FNE e pelo FCO e será
reduzido em percentual idêntico ao	reduzido em percentual idêntico ao	reduzido em percentual idêntico ao
percentual garantido por fundos de	percentual garantido por fundos de	percentual garantido por fundos de
aval." (NR)	aval."	aval."
"Art. 1º-D. O CDR referente às regiões	"Art. 1º-D. O CDR referente às regiões	"Art. 1º-D O CDR referente às regiões
Norte, Nordeste e Centro-Oeste, a que	Norte, Nordeste e Centro-Oeste, a que	Norte, Nordeste e Centro-Oeste, a que
se referem os art. 1º e art. 1º-A, será	se referem os arts. 1º e ^ 1º-A, será	se referem os arts. 1º e 1º-A <mark>desta Lei</mark> ,
calculado pelo IBGE, com base nos	calculado pelo IBGE, com base nos	será calculado pelo IBGE, com base nos
indicadores de renda domiciliar per	indicadores de renda domiciliar per	indicadores de renda domiciliar per
capita e da população residente	capita e da população residente <mark>,</mark>	capita e da população residente,
<mark>apuradas pela Pesquisa Nacional por</mark>	apurados pela Pesquisa Nacional por	apurados pela Pesquisa Naci <mark>onal por</mark>
<mark>Amostra de Domicílios - PNAD</mark>	Amostra de Domicílios - PNAD	Amostra de Domicílios <mark>Contínua</mark>
Contínua.	Contínua.	<mark>(</mark> PNAD Contínua <mark>)</mark> .
		§ 1º Para fim exclusivo do cálculo do
		CDR a ser aplicado nos encargos
	financeiros incidentes sobre os	
		financiamentos de operações de
		crédito com recursos dos Fundos
		Constitucionais de Financiamento <mark>,</mark>
		serão considerados os seguintes entes
	<mark>federativos:</mark>	federativos:
		I — FNO: Estados do Acre, Amazonas,
	Amapá, Pará, Roraima, Rondônia e	• • • • • • • • • • • • • • • • • • • •
	Tocantins;	Tocantins;
	The state of the s	II – FNE: Estados do Maranhão, Piauí,
		Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba,
	Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia;	Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia;
	<mark>e</mark>	e
	III – FCO: Estados de Mato Grosso do	III – FCO: Estados de Mato Grosso do

		Sul Mato Grosso e Goiás e o Distrito	Sul, Mato Grosso e Goiás e o Distrito
		Federal.	Federal.
	Parágrafo único. Ato do Presidente da		§ 2º Ato do Presidente da República
	República regulamentará a sistemática	l	regulamentará a sistemática do cálculo
	do cálculo e da atualização do CDR."	e da atualização do CDR."	e da atualização do CDR."
	(NR)	e da atdanzação do CDN.	e da atdalização do CDN.
	(INN)	"Art 60 C Nas aparações dos Fundos	"Art. 6º-C Nas operações dos Fundos
			· · ·
		·	Constitucionais de Financiamento para
		·	financiamento estudantil a que se
			refere o art. 15-D <u>da Lei nº 10.260, de</u>
			12 de julho de 2001, contratadas até
		t and the second se	31 de dezembro de 2021, o risco de
		<mark>crédito assumido pelos bancos</mark>	=
		administradores será na forma do art.	
			6º desta Lei, facultada aos bancos
			administradores a opção pela
		operação de financiamento estudantil	operação de financiamento estudantil
		nos termos do art. 9º-A da Lei nº 7.827,	nos termos do art. 9º-A da <u>Lei nº 7.827,</u>
		de 27 de setembro de 1989.	de 27 de setembro de 1989.
		Parágrafo único. A partir de 1º de	Parágrafo único. A partir de 1º de
		janeiro de 2022, o risco de crédito do	janeiro de 2022, o risco de crédito do
		banco administrador será aquele	banco administrador será aquele
		definido pelo CG-Fies, a partir de	definido pelo CG-Fies ^e será revisto a
		quando será revisto a cada dois anos."	cada 2 (dois) anos a partir dessa data."
Lei nº 7.827, de 27 de setembro de	Art. 2º A Lei nº 7.827, de 27 de	Art. 3º A Lei nº 7.827, de 27 de	Art. 3º A Lei nº 7.827, de 27 de
1989	setembro de 1989, passa a vigorar com	setembro de 1989, passa a vigorar com	setembro de 1989, passa a vigorar com
	as seguintes alterações:	as seguintes alterações:	as seguintes alterações:
Art. 5° Para efeito de aplicação dos	-	"Art. 5º	-
recursos, entende-se por:			
I - Norte, a região compreendida pelos		I – Norte, a região compreendida pelos	٨
Estados do Acre, Amazonas, Amapá,		Estados do Acre, Amazonas, Amapá,	
Pará, Roraima, Rondônia, eTocantins;		Mato Grosso, Pará, Roraima, Rondônia	
, , , , , , , , , , , , , , , , , , , ,		e Tocantins e a parte do Estado do	
Texto	alterado Texto revogado abc Texto ex	cluído 🔥 índicador de exclusão de termo ou d	ispositivo

	Maranhão situada a oeste do	
	meridiano 44 graus Oeste;	
	(NR)"	
Art. 9º Observadas as diretrizes	"Art. 9º	"Art. 9º
estabelecidas pelo Ministério da		
Integração Nacional, os bancos		
administradores poderão repassar		
recursos dos Fundos Constitucionais a		
outras instituições autorizadas a		
funcionar pelo Banco Central do Brasil,		
com capacidade técnica comprovada e		
com estrutura operacional e		
administrativa aptas a realizar, em		
segurança e no estrito cumprimento		
das diretrizes e normas estabelecidas,		
programas de crédito especificamente		
criados com essa finalidade.		
		§ 1º Respeitado o disposto no caput
		deste artigo, caberá aos Conselhos
	The state of the s	Deliberativos das Superintendências
		Regionais de Desenvolvimento definir
	o montante de recursos dos	
	The state of the s	respectivos Fundos Constitucionais de
	the state of the s	Financiamento a serem repassados a
	outras instituições financeiras	,
	the state of the s	autorizadas a funcionar pelo Banco
	Central do Brasil.	Central do Brasil.
		§ 2º As instituições financeiras
	·	beneficiárias dos repasses deverão
		devolver aos bancos administradores,
		de acordo com o cronograma de
		reembolso das operações aprovadas
	pelo respectivo Conselho Deliberativo	pelo respectivo Conselho Deliberativo

		·	da Superintendência de
			Desenvolvimento de cada região, os
			valores relativos às prestações
		vencidas, independentemente do	vencidas, independentemente do
		pagamento pelo tomador final.	pagamento pelo tomador final.
		·	§ 3º Aos bancos cooperativos e às
			confederações de cooperativas de
		crédito, em conformidade com o § 5º	crédito, em conformidade com o § 5º
		do art. 2º da <u>Lei Complementar nº 130,</u>	do art. 2º da <u>Lei Complementar nº 130,</u>
		de 17 de abril de 2009, no seu	de 17 de abril de 2009, no seu
			conjunto, sob seu risco exclusivo, fica
		assegurado, exclusivamente no caso	assegurado, tão somente no caso do
		do FCO, o repasse de dez por cento dos	FCO, o repasse de 10% (dez por cento)
		recursos previstos para cada exercício	dos recursos previstos para cada
		ou o valor efetivamente demandado	exercício ou o valor efetivamente
		por essas instituições, o que for menor.	demandado por essas instituições, o
			que for menor.
		§ 4º O montante do repasse de que	§ 4º O montante do repasse de que
		trata este artigo terá como teto o limite	trata este artigo terá como teto o limite
		de crédito da instituição beneficiária	de crédito da instituição beneficiária
		<mark>do repasse junto ao banco</mark>	do repasse perante o banco
		administrador dos recursos dos	administrador dos recursos dos
		Fundos Constitucionais de	Fundos Constitucionais de
		Financiamento, observadas as boas	Financiamento, observadas as boas
		práticas bancárias (NR)"	práticas bancárias."(NR)
Art. 9º-A. Os recursos dos Fundos	"Art. 9º-A	"Art. 9º-A	"Art. 9º-A
Constitucionais poderão ser			
repassados aos próprios bancos			
administradores, para que estes, em			
nome próprio e com seu risco			
exclusivo, realizem as operações de			
crédito autorizadas por esta Lei e pela			
Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de			

2001.			
§ 4º Nas operações realizadas nos	§ 4º	§ 4º	§ 4º
termos deste artigo:			
I - observar-se-ão os encargos	I - serão observados os encargos	I – serão observados os encargos	I – serão observados os encargos
estabelecidos no art. 1º da <u>Lei</u>	estabelecidos <mark>na</mark> <u>Lei nº 10.177, de</u>	estabelecidos na <u>Lei nº 10.177, de 12</u>	estabelecidos na <u>Lei nº 10.177, de 12</u>
<u>nº 10.177, de 2001</u> ; e	<u>2001</u> ; e	de janeiro de 2001; e	de janeiro de 2001; e
	(NR)"	(NR)"	(NR)"
Art. 14. Cabe ao Conselho Deliberativo		"Art. 14	"Art. 14
da respectiva superintendência de			
desenvolvimento das regiões Norte,			
Nordeste e Centro-Oeste:			
Parágrafo único. Até o dia 30 de		§ 1º	§ 1º
outubro de cada ano, as instituições			
financeiras federais de caráter regional			
encaminharão, à apreciação do			
Conselho Deliberativo da respectiva			
superintendência de desenvolvimento			
regional, a proposta de aplicação dos			
recursos relativa aos programas de			
financiamento para o exercício			
seguinte, a qual será aprovada até 15			
de dezembro.			
		_	§ 2º Na data prevista no § 1° deste
			artigo, as instituições financeiras
			administradoras deverão informar
			àquelas previstas no art. 9º <mark>desta Lei</mark> os
			limites disponíveis para repasse a cada
			uma, e os valores deverão ser
		segundo critérios de avaliação	
		·	avaliação fornecidos previamente
		-	pelas instituições administradoras às
		instituições tomadoras dos recursos.	
		§ 3º Para fins do disposto no § 2º, as	§ 3º Para fins do disposto no § 2º <mark>deste</mark>

Texto alterado

Texto revogado abc Texto excluído ^ Indicador de exclusão de termo ou dispositivo

			artigo, as instituições beneficiárias dos
		·	repasses deverão habilitar-se até a
		no § 1º perante as instituições	data prevista no § 1º <mark>deste artigo</mark>
		financeiras administradoras.	perante as instituições financeiras
			administradoras.
		§ 4º As instituições financeiras	§ 4º As instituições financeiras
			administradoras somente reservarão a
		parcela de que trata o § 3º do art. 9º às	parcela de que trata o § 3º do art. 9º
		instituições financeiras beneficiárias	desta Lei às instituições financeiras
		que cumprirem a exigência do § 3º	beneficiárias que cumprirem a
		deste artigo. (NR)"	exigência do § 3º deste artigo."(NR)
Art. 15. São atribuições de cada uma		"Art. 15	"Art. 15
das instituições financeiras federais de			
caráter regional e do Banco do Brasil			
S.A., nos termos da lei:			
IV - formalizar contratos de repasses de		IV – formalizar contratos de repasses	IV – formalizar contratos de repasses
recursos na forma prevista no art. 9º;		de recursos na forma prevista no art.	de recursos na forma prevista no art.
		9º, respeitados os limites previstos em	9º <mark>desta Lei</mark> , respeitados os limites
		seu § 3º;	previstos no § 3º <mark>do referido</mark>
		(NR)"	dispositivo;
		, ,	(NR)"
	"Art. 17-A. Os bancos administradores	"Art. 17-A. Os bancos administradores	"Art. 17-A. Os bancos administradores
	do FNO, do FNE e do FCO farão jus a	do FNO, do FNE e do FCO farão jus a	do FNO, do FNE e do FCO farão jus a
	taxa de administração sobre o	_	taxa de administração sobre o
	patrimônio líquido dos respectivos	patrimônio líquido dos respectivos	-
	·	l 	
	seguintes percentuais:	seguintes percentuais:	seguintes percentuais:
	I - três inteiros por cento ao ano, no		I – <mark>3% (</mark> três por cento <mark>)</mark> ao ano, no
	exercício de 2018;	de 2018;	exercício de 2018;
	II - dois inteiros e sete décimos por	II – dois inteiros e sete décimos por	·
	cento ao ano, no exercício de 2019;	cento ao ano, no exercício de 2019;	por cento) ao ano, no exercício de
		,	2019;

III - dois inteiros e quatro décimos por	III – dois inteiros e quatro décimos por	III – <mark>2,4% (</mark> dois inteiros e quatro
cento ao ano, no exercício de 2020;	cento ao ano, no exercício de 2020;	décimos por cento <mark>)</mark> ao ano, no
		exercício de 2020;
IV - dois inteiros e um décimo por	IV – dois inteiros e um décimo por	IV – <mark>2,1% (</mark> dois inteiros e um décimo
cento ao ano, no exercício de 2021;	cento ao ano, no exercício de 2021;	por cento <mark>)</mark> ao ano, no exercício de
		2021;
V - um inteiro e oito décimos por cento	V – um inteiro e oito décimos por cento	V – <mark>1,8% (</mark> um inteiro e oito décimos por
ao ano, no exercício de 2022;	ao ano, no exercício de 2022; e	cento <mark>)</mark> ao ano, no exercício de 2022; e
VI - um inteiro e cinco décimos por	VI – um inteiro e cinco décimos por	VI – <mark>1,5% (</mark> um inteiro e cinco décimos
cento ao ano, a partir de 1º de janeiro	cento ao ano, a partir de 1º de janeiro	por cento <mark>)</mark> ao ano, a partir de 1º de
de 2023.	de 2023.	janeiro de 2023.
§ 1º Para efeitos do cálculo da taxa de	§ 1º Para efeitos do cálculo da taxa de	§ 1º Para efeitos do cálculo da taxa de
administração a que se refere o caput,	administração a que se refere o caput,	administração a que se refere o caput
serão deduzidos do patrimônio líquido,	serão deduzidos do patrimônio líquido,	<mark>deste artigo</mark> , serão deduzidos do
apurado para o mês de referência:	apurado para o mês de referência:	patrimônio líquido apurado para o mês
		de referência:
· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	I – os saldos dos recursos do FNO, do	,
FNE e do FCO de que trata o art. 4º da	FNE e do FCO de que trata o art. 4º da	FNE e do FCO de que trata o art. 4º da
Lei nº 9.126, de 10 de novembro de	Lei nº 9.126, de 10 de novembro de	Lei nº 9.126, de 10 de novembro de
<u>1995;</u>	<u>1995</u> ;	<u>1995</u> ;
II - os valores repassados ao banco	II – os valores repassados ao banco	II – os valores repassados ao banco
administrador nos termos do § 11 do	administrador nos termos do § 11 do	administrador nos termos do § 11 do
art. 9º-A;	art. 9º-A; <mark>e</mark>	art. 9º-A <mark>desta Lei</mark> ; e
III - os saldos das operações	III – os saldos das operações	III – os saldos das operações
	contratadas na f <mark>orma do art. 6º-A</mark> da	
	Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de	
regulamentado pelo Conselho		2001, conforme regulamentado pelo
Monetário Nacional;	Conselho Monetário Nacional.	Conselho Monetário Nacional.
IV - os saldos das operações	۸	
contratadas na forma do art. 15-D da		
<u>Lei nº 10.260, de 2001</u> , com recursos		
do FNO, do FNE ou do FCO.		

Texto alterado Texto revogado abc Texto excluído A Indicador de exclusão de termo ou dispositivo

§ 2º Os bancos administradores farão	§ 2º Os bancos administradores farão	§ 2º Os bancos administradores farão
	jus ao percentual de trinta e cinco	jus ao percentual de <mark>0,35% (</mark> trinta e
centésimos por cento ao ano sobre os	•	cinco centésimos por cento <mark>)</mark> ao ano
saldos dos recursos do FNO, do FNE e	saldos dos recursos do FNO, do FNE e	sobre os saldos dos recursos do FNO,
do FCO de que trata o art. 4º da <u>Lei nº</u>	do FCO de que trata o art. 4º da Lei nº	do FNE e do FCO de que trata o art. 4º
<u>9.126, de 1995</u> .	9.126, de 10 de novembro de 1995.	da <u>Lei nº 9.126, de 10 de novembro de</u>
		<u>1995</u> .
§ 3º O montante a ser recebido pelos	§ 3º O montante a ser recebido pelos	§ 3º O montante a ser recebido pelos
bancos administradores em razão da	bancos administradores em razão da	bancos administradores em razão da
taxa de administração de que trata	taxa de administração de que trata	taxa de administração de que trata
este artigo, deduzidos os valores	este artigo, deduzidos os valores	este artigo, deduzido o valor a que se
referentes ao § 2º, poderá ser	referentes ao § 2º, poderá ser	refere o § 2º <mark>deste artigo</mark> , poderá ser
acrescido em até vinte por cento, com	acrescido em até vinte por cento, com	acrescido em até <mark>20% (</mark> vinte por
base no fator de adimplência referente	base no fator de adimplência referente	cento <mark>)</mark> , com base no fator de
aos empréstimos com risco	aos empréstimos com risco	adimplência referente aos
operacional assumido integralmente	operacional assumido integralmente	empréstimos com risco operacional
pelo fundo ou compartilhado entre os	pelo Fundo ou compartilhado entre os	assumido integralmente pelo Fundo
bancos administradores e o fundo,	bancos administradores e o Fundo,	ou compartilhado entre os bancos
calculado de acordo com a	calculado de acordo com a	administradores e o Fundo, calculado
metodologia de apuração do	metodologia de apuração do	de acordo com a metodologia de
provisionamento para risco de crédito	provisionamento para risco de crédito	apuração do provisionamento para
aplicável ao crédito bancário.	aplicável ao crédito bancário.	risco de crédito aplicável ao crédito
		bancário.
 § 4º A taxa de administração de que	§ 4º A taxa de administração de que	§ 4º A taxa de administração de que
trata o caput e o percentual de que	trata o caput ^somada à remuneração	trata o caput <mark>deste artigo</mark> somada à
trata o § 2º ficam limitados, em cada	de que trata o § 2º ficam limitados, em	remuneração de que trata o § 2º <mark>deste</mark>
exercício, a vinte por cento do valor das	cada <mark>mês</mark> , a vinte por cento do valor	artigo ficam <mark>limitadas</mark> , em cada mês, a
transferências de que trata a alínea "c"	acumulado, até o mês de referência,	<mark>20% (</mark> vinte por cento <mark>)</mark> do valor
do inciso I do caput do art. 159 da	das transferências de que trata a alínea	acumulado, até o mês de referência,
Constituição, realizadas pela União a	"c" do inciso I do caput do art. 159 da	das transferências de que trata a alínea
cada um dos bancos administradores.	Constituição, realizadas pela União a	^c^ do inciso I do caput do art. 159 da
	cada um dos bancos administradores,	Constituição <mark>Federal</mark> , realizadas pela
	descontados os valores pagos nos	União a cada um dos bancos

Texto alterado Texto revogado abc Texto excluído ^ Indicador de exclusão de termo ou dispositivo

		meses anteriores referentes à taxa de	administradores, descontados os
		administração de que trata o caput e	valores pagos nos meses anteriores
		ao percentual de que trata o § 2º.	referentes à taxa de administração de
		do percentadi de que tiata o 3 2	que trata o caput <mark>deste artigo</mark> e ao
			percentual de que trata o § 2º deste
			artigo.
	§ 5º Ato conjunto dos Ministros de	§ 5º Ato conjunto dos Ministros de	§ 5º Ato conjunto dos Ministros de
	Estado da Fazenda e da Integração	Estado da Fazenda e da Integração	Estado da Fazenda e da Integração
	Nacional regulamentará o fator de	Nacional regulamentará o fator de	Nacional regulamentará o fator de
		adimplência de que trata o § 3º, que	
	será divulgado pelo Ministério da	será divulgado pelo Ministério da	artigo, que será divulgado pelo
	Fazenda.	Fazenda.	Ministério da Fazenda.
	§ 6º Ato do Presidente da República	§ 6º Ato do Presidente da República	§ 6º Ato do Presidente da República
	regulamentará a sistemática do cálculo	regulamentará a sistemática do cálculo	regulamentará a sistemática do cálculo
	e da apropriação da taxa de	e da apropriação da taxa de	e da apropriação da taxa de
	administração a que fazem jus os	administração a que fazem jus os	administração a que fazem jus os
	bancos administradores do FNO, do	bancos administradores do FNO, do	bancos administradores do FNO, do
	FNE e do FCO." (NR)	FNE e do FCO."	FNE e do FCO."
Art. 20. Os bancos administradores		"Art. 20. Os bancos administradores	"Art. 20. Os bancos administradores
dos Fundos Constitucionais de		dos Fundos Constitucionais de	dos Fundos Constitucionais de
Financiamento apresentarão,		Financiamento apresentarão,	Financiamento apresentarão,
semestralmente, ao Ministério da		<mark>anualmente, ao Ministério da</mark>	anualmente, ao Ministério da
Integração Nacional e às respectivas		Integração Nacional e às respectivas	Integração Nacional e às respectivas
superintendências regionais de		superintendências regionais de	Superintendências Regionais de
desenvolvimento relatório		des envolvimento relatório	Desenvolvimento relatório
circunstanciado sobre as atividades		circunstanciado sobre as atividades	circunstanciado sobre as atividades
desenvolvidas e os resultados obtidos.		desenvolvidas e os resultados obtidos	desenvolvidas e os resultados obtidos
		pelos respectivos Fundos.	pelos respectivos Fundos.
		· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	§ 6º Do montante de recursos a que se
			refere o inciso II do art. 6º <mark>desta Lei</mark> ,
		destinada anualmente a parcela de até	será destinada anualmente a parcela
		um centésimo por cento para	de até <mark>0,01% (</mark> um centésimo por cento <mark>)</mark>

			para contratação e pagamento, pelas
		·	respectivas Superintendências de
			Desenvolvimento Regional, de
			atividades de avaliação dos impactos
			econômicos e sociais decorrentes da
			aplicação dos recursos dos Fundos, de
		forma a permitir a aferição da eficácia,	•
		da eficiência e da efetividade desses	da eficiência e da efetividade desses
		recursos, de acordo com as diretrizes	recursos, de acordo com as diretrizes
		definidas conjuntamente pelo	definidas conjuntamente pelo
		Ministério da Integração Nacional e	9 3
		pelo Ministério da Fazenda, a ser	pelo Ministério da Fazenda, a ser
			descontada de cada Fundo
		Constitucional de Financiamento na	Constitucional de Financiamento na
			proporção definida no parágrafo único
		<mark>do referido art. 6º</mark> .	do referido art. 6º.
		§ 7º O conjunto mínimo de	<u> </u>
			informações que deve consta <mark>r do</mark>
		The state of the s	relatório a que se refere o caput <mark>deste</mark>
			artigo e sua estrutura serão definidos
			em ato conjunto dos Ministros de
			Estado da Integração Nacional e da
		contendo indicadores qualitativos e	-
		quantitativos que permitam a	
		mensuração do desempenho,	• • • •
		· · ·	consoante os propósitos e os
			resultados da política de aplicação dos
		recursos dos Fundos. (NR)"	recursos dos Fundos."(NR)
		Art. 4º Os encargos financeiros	
		incidentes sobre os financiamentos	
		das operações de crédito contratadas	
		até 31 de dezembro de 2017 com	
re	ecursos do FNO, do FNE e do FCO	recursos do FNO, do FNE e do FCO	recursos do FNO, do FNE e do FCO

			<u></u>
	serão os pactuados na forma da	serão os pactuados na forma da	serão os pactuados na forma da
	legislação em vigor à época da	legislação em vigor à época da	legislação em vigor à época da
	contratação.	contratação.	contratação.
Medida Provisória nº 2.156-5, de 24		Art.5º A Medida Provisória nº 2.156-5,	Art.5º A Medida Provisória nº 2.156-5,
de agosto de 2001		de 24 de agosto de 2001, passa a	de 24 de agosto de 2001, passa a
		vigorar com as seguintes alterações:	vigorar com as seguintes alterações:
Art. 3º É criado o Fundo de		"Art. 3º	"Art. 3º
Desenvolvimento do Nordeste (FDNE),	,		
de natureza contábil, a ser gerido pela	ı		
Superintendência do Desenvolvimento			
do Nordeste (Sudene), com a	ı		
finalidade de assegurar recursos para a	ı		
realização, em sua área de atuação, de	1		
investimentos:			
§ 2º Do montante de recursos a que se		§ 2º A parcela de um inteiro e cinco	§ 2º A parcela de <mark>1,5% (</mark> um inteiro e
refere o inciso I do caput do art. 4º	2	décimos por cento do valor a que se	cinco décimos por cento <mark>)</mark> do valor a
desta Medida Provisória, será	i	refere o inciso <mark>VI</mark> ^ do art. 4º ^ será	que se refere o inciso VI <mark>do caput do</mark>
destinado anualmente o percentual de	2	destinada ^ para apoio de atividades	art. 4º <mark>desta Medida Provisória</mark> será
5% (cinco por cento) para apoio a	1	em pesquisa, desenvolvimento e	destinada para apoio de atividades em
atividades de pesquisa,	,	tecnologia de interesse do	pesquisa, desenvolvimento e
desenvolvimento e tecnologia de	2	desenvolvimento regional, a ser	tecnologia de interesse do
interesse do desenvolvimento	,	custodiado e operacionalizado pelo	desenvolvimento regional, a ser
regional, a ser operacionalizado pelo		Banco do Nordeste ^ S.A. e aplicado na	custodiado e operacionalizado pelo
Banco do Nordeste do Brasil S.A. e	اِدِ	forma regulamentada pelo Conselho	Banco do Nordeste S.A. e aplicado na
aplicado na forma regulamentada pelo		Deliberativo.	forma regulamentada pelo Conselho
Conselho Deliberativo.		(NR)"	Deliberativo.
			(NR)"
Art. 6º O FDNE terá como agentes	;	"Art. 6º O FDNE terá como agentes	"Art. 6º O FDNE terá como agentes
operadores instituições financeiras	;	operadores ^ o Banco do Nordeste ^	operadores o Banco do Nordeste S.A. e
oficiais federais, preferencialmente o		S.A. e outras instituições financeiras	outras instituições financeiras

Banco do Nordeste do Brasil S.A., a	autorizadas a funcionar pelo Banco autorizadas a funcionar pelo B	Banco
serem definidas em ato do Poder	Central do Brasil, com as seguintes Central do Brasil, com as segu	
Executivo, com as seguintes	competências: competências:	
competências:		۱"
		′
Medida Provisória nº 2.157-5, de 24	Art. 6º A Medida Provisória nº 2.157-5, Art. 6º A Medida Provisória nº 2.1	57-5.
de agosto de 2001	de 24 de agosto de 2001, passa a de 24 de agosto de 2001, pas	
	vigorar com as seguintes alterações: vigorar com as seguintes alterações:	
Art. 3º É criado o Fundo de	"Art. 3º" "Art. 3º"	
Desenvolvimento da Amazônia (FDA),		
de natureza contábil, a ser gerido pela		
Superintendência do Desenvolvimento		
da Amazônia (Sudam), com a		
finalidade de assegurar recursos para a		
realização, em sua área de atuação, de		
investimentos:		
§ 2º Do montante de recursos a que se	§ 2º A parcela de um inteiro e cinco § 2º A parcela de <mark>1,5% (</mark> um inte	eiro e
refere o inciso I do caput do art. 4º	décimos por cento do valor a que se cinco décimos por cento) do va	alor a
desta Medida Provisória, será	refere o inciso VI do art. 4º ^ será que se refere o inciso VI <mark>do cap</mark> u	<mark>ut</mark> do
destinado anualmente o percentual de	destinada ^ para apoio de atividades art. 4º desta Medida Provisória	será
5% (cinco por cento) para apoio a	em pesquisa, desenvolvimento e destinada para apoio de atividade	es em
atividades de pesquisa,	tecnologia de interesse do pesquisa, desenvolvimento	е
desenvolvimento e tecnologia de	desenvolvimento regional, a ser tecnologia de interesse	do
interesse do desenvolvimento	custodiado e operacionalizado pelo desenvolvimento regional, a	ser
regional, a ser operacionalizado pelo	Banco da Amazônia S.A. e aplicado na custodiado e operacionalizado	pelo
Banco da Amazônia S.A. e aplicado na	forma regulamentada pelo Conselho Banco da Amazônia S.A. e aplicac	do na
forma regulamentada pelo Conselho	Deliberativo. forma regulamentada pelo Cons	selho
Deliberativo.		
	(NR))"
Art. 6º O Fundo de Desenvolvimento	"Art. 6º O FDA terá como agentes "Art. 6º O FDA terá como age	
da Amazônia terá como agentes	operadores o Banco da Amazônia S.A. operadores o Banco da Amazônia	
operadores o Banco da Amazônia S.A.	e outras instituições financeiras e outras instituições financ	ceiras

e outras instituições financeiras oficiais	autorizadas a funcionar pelo Banco	autorizadas a funcionar pelo Banco
federais, a serem definidas em ato do	Central do Brasil, com as seguintes	Central do Brasil, com as seguintes
Poder Executivo, que terão as	competências:	competências:
seguintes competências:	(NR)"	(NR)"
Lei Complementar nº 129, de 8 de	Art. 7º A Lei Complementar nº 129, de	Art. 7º A Lei Complementar nº 129, de
janeiro de 2009	8 de janeiro de 2009, passa a vigorar	8 de janeiro de 2009, passa a vigorar
	com as seguintes alterações:	com as seguintes alterações:
Art. 16. É criado o FDCO, de natureza	"Art.16	"Art.16
contábil, vinculado à Sudeco, com a		
finalidade de assegurar recursos para:		
§ 6º No caso do financiamento de que	§ 6º ^ O FDCO terá como agentes	§ 6º O FDCO terá como agentes
trata o inciso II do caput deste artigo, o	operadores instituições financeiras	operadores instituições financeiras
FDCO poderá ter como agentes	·	autorizadas a funcionar pelo Banco
operadores as instituições financeiras	Central do Brasil. (NR)"	Central do Brasil."(NR)
de que trata o parágrafo único do art.		
15-L da Lei no 10.260, de 12 de julho		
de 2001.		
Art. 17. O FDCO será gerido pela	"Art.17	"Art.17
Sudeco, conforme regulamento.		
§ 7º Do montante de recursos a que se		§ 7º A parcela de <mark>1,5% (</mark> um inteiro e
refere o inciso I do caput do art. 18	·	cinco décimos por cento <mark>)</mark> do valor a
desta Lei será destinado anualmente o	refere o inciso <mark>V</mark> ^ do art. 18 ^ será	que se refere o inciso V do art. 18 <mark>desta</mark>
percentual de 5% (cinco por cento)	destinada para apoio de atividades em	Lei Complementar será destinada para
para apoio a atividades de pesquisa,	pesquisa, desenvolvimento e	apoio de atividades em pesquisa,
desenvolvimento e tecnologia de	tecnologia de interesse do	desenvolvimento e tecnologia de
interesse do desenvolvimento	desenvolvimento regional, a ser	interesse do desenvolvimento
regional, a ser operacionalizado pelo	The state of the s	regional, a ser custodiado e
agente operador do FDCO e aplicado	Banco do Brasil S.A. e aplicado na	operacionalizado pelo Banco do Brasil
na forma definida pelo Conselho	forma regulamentada pelo Conselho	S.A. e aplicado na forma
Deliberativo.	Deliberativo. (NR)"	regulamentada pelo Conselho

Texto alterado 🔲 Texto revogado 🔼 Texto excluído 🔥 Indicador de exclusão de termo ou dispositivo

		Deliberativo."(NR)
Lei nº 8.167, de 16 de janeiro de 1991	Art. 8º A Lei nº 8.167, de 16 de janeiro	Art. 8º O art. 19 da Lei nº 8.167, de 16
		de janeiro de 1991, passa a vigorar
	seguintes alterações:	com as seguintes alterações:
Art 19. As empresas que tenham	"Art.19	"Art.19
empreendimentos industriais e		
agroindustriais, em operação nas áreas		
de atuação da Superintendência de		
Desenvolvimento do Nordeste		
(Sudene) e da Superintendência de		
Desenvolvimento da Amazônia		
(Sudam), poderão depositar no Banco		
do Nordeste do Brasil S.A. e no Banco		
da Amazônia S.A., respectivamente,		
para reinvestimento, quarenta por		
cento do valor do Imposto de Renda		
devido pelos referidos		
empreendimentos, calculados sobre o		
lucro da exploração, acrescido de		
cinqüenta por cento de recursos		
próprios, ficando, porém, a liberação		
desses recursos condicionada à		
aprovação, pelas agências do		
desenvolvimento regional, dos		
respectivos projetos técnico-		
econômicos de modernização ou		
complementação de equipamento.		
§ 2º Poderá ser deduzida a quantia	§ 2º Poderá ser deduzida a quantia	§ 2º Poderá ser deduzida a quantia
correspondente a dois por cento do	correspondente a três por cento do	correspondente a 3% (três por cento)
valor de cada parcela de recursos		do valor de cada parcela de recursos
liberada, a ser dividida, em partes	liberada, ^ a título de custo de	liberada, a título de custo de
iguais, entre a agência de	 administração do projeto <mark>, a ser</mark>	administração do projeto, a ser

desenvolvimento regional e o banco operador, a título de custo de administração do projeto.	dividida da seguinte forma:	dividida da seguinte forma:
auriiriistração do projeto.	L – dois nor cento para a	I – <mark>2% (</mark> dois por cento <mark>)</mark> para a
	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	Superintendência de Desenvolvimento
	regional; e	Regional; e
		II – <mark>1% (</mark> um por cento <mark>)</mark> para o banco
	operador.	operador.
	(NR)"	(NR)"
Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001	Art. 9º A Lei nº 10.260, de 12 de julho	Art. 9º O § 1º do art. 5º-A da Lei nº
	de 2001, passa a vigorar com a	10.260, de 12 de julho de 2001, passa
	seguinte alteração:	a vigorar com a seguinte redação:
Art. 5º-A. Serão mantidas as condições	"Art. 5º-A	"Art. 5º-A
de amortização fixadas para os		
contratos de financiamento		
celebrados no âmbito do Fies até o		
segundo semestre de 2017.		
§ 1º O financiado que tenha débitos		§ 1º Fica o agente financeiro
vencidos até 30 de abril de 2017 e não		autorizado a pactuar condições
pagos poderá liquidá-los mediante a	<mark>especiais de amortização ou</mark>	, ,
adesão ao Programa Especial de		alongamento excepcional de prazos
Regularização do Fies e a opção pelo		para os estudantes inadimplentes com
pagamento à vista e em espécie de, no		o Fies, por meio de estímulos à
mínimo, 20% (vinte por cento) do valor		liquidação, ao reparcelamento e ao
da dívida consolidada, sem reduções,	·	reescalonamento das dívidas do Fies,
em 5 (cinco) parcelas mensais e		admitida a concessão de descontos
sucessivas, vencíveis de agosto a	incidentes sobre os encargos	_
dezembro de 2017, sendo o restante:		contratuais e o saldo devedor da
		dívida, conforme estabelecido em
		regulamento editado pelo Ministério
		da Educação, nos termos do que for
	aprovado pelo CG-Fies.	aprovado pelo CG-Fies.
	 (NR)"	

			(NR)"
I - liquidado integralmente em janeiro			
de 2018, em parcela única, com			
redução de 50% (cinquenta por cento)			
dos encargos contratuais;			
II - parcelado em até 145 (cento e			
quarenta e cinco) parcelas mensais e			
sucessivas, vencíveis a partir de janeiro			
de 2018, com redução de 40%			
(quarenta por cento) dos encargos			
contratuais; ou			
III - parcelado em até 175 (cento e			
setenta e cinco) parcelas mensais e			
sucessivas, vencíveis a partir de janeiro			
de 2018, com redução de 25% (vinte e cinco por cento) dos encargos			
contratuais.			
Contratuals.	Aut 40 Fata Madida Duavia ária autra	Aut 10 Fata Lai antua ama vigau na data	Aut 10 Fata Lai autus auguigan na data
	Art. 4º Esta Medida Provisória entra	Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data	Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data
	em vigor em 1º de janeiro de 2018.	de sua publicação.	de sua publicação.
1 - 1 - 1 0 0 1 2 C	Art. 5º Ficam revogados:	Art. 11. Ficam revogados:	Art. 11. Ficam revogados:
Lei nº 9.126, de 10 de novembro de	I - o art. 8º <u>da Lei nº 9.126, de 10 de</u>	I – o art. 8º da <u>Lei nº 9.126, de 10 de</u>	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·
1995	novembro de 1995;	novembro de 1995;	novembro de 1995;
Art. 8º Os bancos administradores			
poderão aplicar até vinte por cento dos			
recursos dos Fundos mencionados no			
caput do art. 1º para o financiamento			
de investimentos em projetos do setor produtivo, para a produção de bens			
manufaturados e semimanufaturados			
destinados e semimanuraturados destinados exclusivamente à			
exportação.			
§ 1º Os recursos referidos no caput			
deste artigo, bem como os saldos			

	<u> </u>		
devedores dos financiamentos a que			
se destinem, serão referenciados pelo			
contravalor, em moeda nacional, pela			
cotação para compra do dia anterior			
do dólar dos Estados Unidos da			
América, divulgada pelo Banco Central			
do Brasil.			
§ 2º Os recursos dos Fundos			
mencionados no caput do art. 1º,			
aplicados na forma deste artigo, terão			
como remuneração a Taxa de Juros			
para Empréstimos e Financiamentos			
no Mercado Interbancário de Londres			
(LIBOR), informada pelo Banco Central			
do Brasil, reajustável na mesma			
periodicidade da exigibilidade dos			
encargos e estabelecidas em cada			
operação de financiamento, acrescida			
de del credere definido pelos bancos			
administradores dos referidos Fundos,			
em função do risco de crédito.			
Medida Provisória nº 2.199-14, de 24	II - o art. 13 da <u>Medida Provisória nº</u>	II – o art. 13 da Medida Provisória nº	II – o art. 13 da Medida Provisória nº
de agosto de 2001	2.199-14, de 24 de agosto de 2001; e	2.199-14, de 24 de agosto de 2001; e	2.199-14, de 24 de agosto de 2001; e
Art. 13. Os bancos administradores			
dos Fundos Constitucionais de			
Financiamento farão jus, a partir de			
1º de janeiro de 2001, à taxa de			
administração de três por cento ao ano			
sobre o patrimônio líquido dos			
respectivos Fundos, apropriada			
mensalmente.			
Parágrafo único. A taxa de			
administração de que trata			

o caput fica limitada, em cada			
exercício, a vinte por cento do valor			
das transferências de que trata			
a alínea "c", inciso I, do art. 159 da			
Constituição Federal, realizadas pelo			
Tesouro Nacional a cada um dos			
bancos administradores.			
Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de	III - os § 5º e § 7º do art. 1º da <u>Lei nº</u>	III - os § <mark>§</mark> 5º e ^ 7º do art. 1º da <u>Lei nº</u>	III - os §§ 5º e 7º do art. 1º da <u>Lei nº</u>
<u>2001</u>	10.177, de 12 de janeiro de 2001.	10.177, de 12 de janeiro de 2001.	10.177, de 12 de janeiro de 2001.
§ 5º Em caso de desvio na aplicação			
dos recursos, o mutuário perderá, sem			
prejuízo das medidas judiciais cabíveis,			
inclusive de natureza executória, todo			
e qualquer benefício, especialmente os			
relativos ao bônus de adimplência.			
§ 7º O del credere do banco			
administrador, limitado a até 3% (três			
por cento) ao ano, está contido nos			
encargos financeiros cobrados pelos			
Fundos Constitucionais e será reduzido			
em percentual idêntico ao percentual			
garantido por fundos de aval.			

ANEXO (Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001) FÓRMULA PARA CÁLCULO DA TAXA DE JUROS DOS FUNDOS CONSTITUCIONAIS DE QUE TRATA O § 1º DO ART. 1º-A DESTA LEI TFC = FAM x [1 + (BA x CDR x FP x FL x Juros Prefixados da TLP)]^(DU/252) 1 Em que: TFC = Taxa de Juros dos Fundos Constitucionais FAM = Fator de Atualização Monetária BA = Bônus de Adimplência CDR = Coeficiente de Desequilíbrio Regional FP = Fator de Programa FL = Fator de Localização TLP = Taxa de Longo Prazo DU = dias úteis